

**LUANA MESTIERI CUNHA CORTEZ**

**OBSTÁCULOS E BENEFÍCIOS DO TURISMO RURAL EM PEQUENAS PROPRIEDADES  
RURAIS**

**CURITIBA**

**2016**

**LUANA MESTIERI CUNHA CORTEZ**

**OBSTÁCULOS E BENEFÍCIOS DO TURISMO RURAL EM PEQUENAS PROPRIEDADES  
RURAIS**

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em MBA em Gestão do Agronegócio do curso de Pós-graduação em MBA em Gestão do Agronegócio com Ênfase em Mercados da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Ma. Patricia Aparecida Basniak

**CURITIBA**

**2016**

*Dedico de este trabalho a minha família amada.  
Especialmente para o meu Edu e nossos lindos  
filhos Valentina e Romeo, que todos os dias me  
ensinam muito mais que qualquer livro poderia  
ensinar!!!!*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha querida orientadora Patricia A. Basniak, por todo ensinamento, pela paciência e pelo carinho durante todo o desenvolvimento deste trabalho! Muito obrigada pelas orientações e por me proporcionar esta oportunidade de aprendizagem.

Ao meu marido Eduardo pelo apoio e pelo incentivo em cada etapa, e pelas palavras de encorajamento nas horas certas.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”.

Madre Teresa de Calcuta

## LISTA DE SIGLAS

ABAG - Associação Brasileira de Agribusiness

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEPA - Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola

CDAWA - Certificado de Depósito Agropecuário/*Warrant* Agropecuário

CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CPR - Cédula de Produto Rural

CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LCA - Letra de Crédito do Agronegócio

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

PIB - Produto Interno Bruto

Provape - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

VBP - Valor Bruto de Produção

WTTC - Conselho Mundial de Viagens e Turismo

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	1
2.1 OBJETIVO GERAL.....	3
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	3
3. REFERENCIAL TEÓRICO .....	4
3.1 O AGRONEGÓCIO .....	4
3.1.1 Agricultura de Mercado .....	6
3.1.2 Agricultura Familiar.....	7
3.2 TURISMO.....	10
3.2.1 Conceituação do turismo.....	11
3.3 O TURISMO NO MEIO RURAL.....	12
3.4 AGROTURISMO NA PEQUENA PROPRIEDADE .....	17
4. MATERIAL E MÉTODOS .....	21
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	22
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
7. REFERENCIAS CONSULTADAS .....	31

## RESUMO

O objetivo com o estudo foi analisar o agroturismo na pequena propriedade e quais os obstáculos e benefícios para o desenvolvimento da atividade. Para isso, utilizou-se de pesquisa documental em livros, artigos, relatórios e sites que tratam sobre o assunto. Os principais benefícios encontrados foram a conservação e recuperação dos recursos naturais e do patrimônio cultural, a geração de novas oportunidades de trabalho no meio rural e a redução do êxodo rural. Dentre as dificuldades destacam-se a baixa qualificação do envolvidos, precariedade de infra estrutura no meio rural e a ausência de pesquisas na área que avaliem e subsidiem as ações nas regiões e propriedades.

Através deste estudo, percebeu-se que o agroturismo tem uma importante função de conservar, manter e valorizar o patrimônio histórico, cultural e natural da região onde está sendo explorado, bem como o mesmo proporciona diversos benefícios à população local, como melhorias na infraestrutura, serviços oferecidos, bem como cria mercado para os produtos agrícolas.

Palavras-chave: agroturismo, desenvolvimento rural, pequeno produtor rural, turismo sustentável

## **ABSTRACT**

The aim of the study was to analyze the agritourism in the small property and what obstacles and benefits for the development of the activity. For this, we used documentary research in books, articles, reports and websites that deal with the subject. The main benefits found were the conservation and restoration of natural resources and cultural heritage, the creation of new job opportunities in rural areas and reducing the rural exodus. Among the difficulties it highlights the low qualification involved, precarious infrastructure in rural areas and the lack of research in the area to assess and subsidize actions in the regions and properties.

Through this study, it was noticed that the agritourism has an important role to conserve, maintain and enhance the historical, cultural and natural heritage of the region which is being explored, and it provides several benefits to the local population, such as infrastructure improvements, services and create market for agricultural products.

Keywords: agritourism, rural development, small farmers, sustainable tourism

## 1. INTRODUÇÃO

O meio rural passa por grandes transformações, principalmente nas relações de produção e trabalho, decorrentes do processo de intensificação da globalização e modernização da agricultura. Nesse processo, as atividades agropecuárias vêm enfrentando problemas, como a desagregação das formas tradicionais de articulação da produção e uma desvalorização gradativa em relação a outras atividades, levando à busca de novas fontes de renda que gerem a dinamização econômica dos territórios rurais.

Ao mesmo tempo, a sociedade vem descobrindo a importância ambiental e o valor estratégico de manutenção da paisagem rural, e passa a tratar rios, fauna e flora como elementos essenciais para o ser humano. Este contexto tem propiciado a revalorização do modo de vida e o surgimento de novas funções econômicas, sociais e ambientais para o espaço rural, permitindo ao agricultor novas maneiras de garantir sua permanência no campo.

Aos poucos, o agricultor vem deixando de ser somente um produtor de matéria-prima e descobre a possibilidade de desenvolvimento de atividades não-agrícolas, como é o caso do turismo. Sob essa perspectiva, se assiste ao crescimento da atividade turística no meio rural devido especialmente ao caráter dinâmico e global do turismo, capaz de impactar as várias áreas que afetam os processos de desenvolvimento de setores, atividades e territórios.

O processo de urbanização está cada vez mais acelerado nas médias e grandes cidades no Brasil, que conseqüentemente tem afastado seus habitantes do contato direto com a natureza, levando-os a buscar outras alternativas para “suprir” essa necessidade de estar inserido na natureza. Neste sentido, há uma crescente procura pela prática de atividade turística nos ambientes naturais e rurais (SANTOS, 2010), evidenciando-se assim o turismo rural e agroturismo.

Cada vez mais é relevante o número de propriedades rurais que incorporam atividades turísticas em suas rotinas, segundo Campanhola e Silva (2000). Afinal, os turistas estão em busca de lugares onde a paisagem apresente características naturais e culturais próprias e onde os residentes possuam um estilo de vida diferente daquele dos visitantes. O espaço rural comumente associado pela

população urbana à qualidade de vida representa para o turista uma oportunidade de contato com paisagens, experiências e modos de vida distintos dos encontrados nos centros urbanos.

O turismo tem crescido significativamente como prática social e, principalmente, como atividade econômica para os empreendedores rurais e esse crescimento tem contribuído para o surgimento de diversas iniciativas direcionadas para o seu desenvolvimento. Conforme citado por inúmeros autores, o turismo é visto hoje como ferramenta para alavancar economias nacionais, regionais e locais (TULIK, 2004; SILVEIRA, 2001).

O trabalho e a produção vêm passando por profundas transformações, e fazem-se necessárias iniciativas de criar novos mercados, referenciar e dinamizar economias locais e gerar mais empregos e renda, por meio de setores alternativos, como o turismo (SILVEIRA, 2001; CAMPANHOLA e SILVA, 2000).

Também se percebe que as vagas de emprego na agricultura estão diminuindo mundialmente, sobretudo pelos adventos de novas tecnologias, que conseguem com menos pessoas e insumos, potencializar a produção, assim um dos principais desafios é gerar alternativas de emprego e renda para a população do campo (SILVEIRA, 2001), e buscar evitar o êxodo rural, que vem acontecendo nas últimas décadas.

Neste sentido, buscando aliar o meio rural, a mão de obra vaga e a expansão do turismo com foco rural, percebe-se uma alternativa econômica para o pequeno agricultor brasileiro, que vai aparecer como um complemento da atividade principal que é agricultura e esta vai se tornar um atrativo para os visitantes. Além da possibilidade de geração de uma renda adicional para as comunidades locais, o turismo rural pode contribuir para a revitalização econômica e social das regiões, a valorização dos patrimônios e produtos locais, a conservação do meio ambiente, a atração de investimentos públicos e privados em infraestrutura para os locais onde se desenvolve.

No entanto, para que esse segmento de turismo possa, de fato, constituir-se em um fator de desenvolvimento, são necessárias ações de estruturação e caracterização, para que essa tendência não ocorra desordenadamente, de modo a consolidar o agroturismo como uma opção de lazer para o turista e uma importante e viável oportunidade de renda para o empreendedor rural.

## 2. OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolver uma revisão de literatura sobre a relação do agroturismo e o pequeno produtor rural.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Analisar a conceituação do agroturismo;
- b) Analisar a conceituação da pequena propriedade;
- c) Identificar os obstáculos e os benefícios da implantação do agroturismo na pequena propriedade.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 O AGRONEGÓCIO

Durante muito tempo cada segmento da economia brasileira era considerado de forma individual e isolada, assim também a área rural era entendida apenas como o setor responsável pela produção agropecuária, referindo-se estritamente ao plantio, a condução e a colheita das lavouras. Não se considerava o conceito de cadeia produtiva.

A evolução dos conceitos de marketing e a visão das relações entre as indústrias de insumos, a produção agropecuária, as indústrias de processamento e o sistema de distribuição deveriam ser consideradas unidas, passou-se a incorporar a visão de cadeia produtiva e, então, surgiu o conceito de *agribusiness*, traduzido por agronegócio.

O conceito do agronegócio foi proposto pela primeira vez em 1957, por Davis e Goldberg (1957), como a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agropecuários, processamentos e distribuição desses produtos e itens produzidos a partir deles.

A partir de então o agronegócio passa a ser tratado de maneira associada aos outros agentes responsáveis por todas as atividades que garantem a produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos, considerando assim, a agricultura empresarial e a familiar, como parte de uma extensa rede de agentes econômicos.

Hoje o agronegócio é uma das principais competências nacionais, desempenhando papel estratégico na economia do país. O Brasil reconhecidamente é um grande produtor de *commodities* agropecuárias, e essa condição é fundamental para a economia do país que atualmente responde por uma importante parcela do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e tem expressiva participação na balança comercial, dado grande contribuição para o crescimento das exportações, de acordo com dados do Ministério da Agricultura<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>

No ano de 2014, o agronegócio brasileiro cresceu significativamente, e salientou seu papel tanto na economia brasileira quanto nos resultados da balança comercial do país. O país colheu safras recordes, sobretudo de soja e milho, e teve grande destaque na produção de suco de laranja e açúcar. De acordo com os dados apresentados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, setor agrícola continua sendo a principal âncora da economia brasileira, ofertando regularmente alimentos para a população e exportações recordes que garantem superávits regulares da balança comercial.

A cada ano, o agronegócio brasileiro tem apresentado melhores desempenhos, o que tem feito com que o mesmo participe com uma importante parcela do PIB do país. Para um ano com muita dificuldade econômica no Brasil, mesmo com a retração do PIB total nacional em 2015, de acordo com dados do Ministério da Agricultura, em 2015 o agronegócio aumentou sua participação no PIB Brasil em 1,8%, alcançando 23% do total, alguns produtos registraram aumento na produção, com destaque para as lavouras de soja, (11,9%) e milho (7,3%). A cana-de-açúcar cresceu 2,4%. Na pecuária, destacam-se o abate de suínos (5,3%) e frango (3,8%).

Por agronegócio entende-se o somatório das cadeias produtivas de todos os produtos de origem agrícola, pecuária, florestal e de extrativismo vegetal. Em outras palavras, reúne as cadeias produtivas do algodão, arroz, milho, soja, trigo, mandioca, hortaliças, frutas, cana-de-açúcar, café, bovinos de corte, bovinos de leite, suínos, aves, caprinos, peixes, madeiras, sisal, babaçu, cera-de-carnaúba, palmito, açaí, entre vários outros produtos.

A Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) classifica os agentes de cada setor em insumos, produção, indústria e distribuição. Esses agentes atuam de forma interligada (relação cliente-fornecedor).

Os governos preparam as estratégias para a produção agropecuária, materializando-as nos chamados "Planos de Safra", geralmente divulgados no início do segundo semestre civil de cada ano. Basicamente, os planos de safra contemplam as medidas de incentivo à produção de determinados produtos e o volume de recursos destinados à agropecuária, inclusive o montante de crédito a

juros favorecidos a ser disponibilizado no ano-safra (período compreendido de julho do ano corrente a junho do ano seguinte). Esse montante depende da disponibilidade orçamentária do Tesouro Nacional. Um dos principais pilares da política agrícola nacional é o crédito rural, institucionalizado em 1965 pela Lei Federal nº 4.829. O Governo Federal divide sua política de atuação junto ao setor rural em duas vertentes. A primeira, sob o comando do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), está voltada para a agricultura familiar e para os programas de reforma agrária. A segunda, de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), direciona-se para a chamada agricultura patronal ou de mercado.

Uma profunda transformação foi iniciada nesse setor nas últimas décadas, com a profissionalização na gestão dos negócios rurais, modernização dos empreendimentos, desenvolvimento de novas tecnologias e expressivos ganhos de produtividade nas principais culturas. Com isso, houve um grande crescimento da produção, tanto na agricultura empresarial quanto na familiar, fazendo com que aumentasse a competitividade tanto no mercado interno como externo.

O sucesso do agronegócio é de interesse estratégico para o Brasil, uma vez que, além de grande gerador/absorvedor de mão-de-obra, viabiliza a economia de muitos dos municípios e contribui para o abastecimento alimentar do país.

### 3.1.1 Agricultura de Mercado

Em relação à agricultura de mercado, o Governo tem procurado intervir o mínimo possível no segmento. De acordo com dados apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a principal política de apoio ao setor é a de regulamentar e oferecer mecanismos por meio dos quais o sistema bancário possa conceder recursos com taxas prefixadas e favorecidas em relação ao mercado financeiro. Nesse sentido, o segmento tem acesso a linhas de crédito de custeio, comercialização e investimento, com taxas e prazos compatíveis com as atividades agropecuárias.

Uma modalidade que tem ampliado o acesso do campo ao crédito nos últimos anos é o crédito agrícola por meio de títulos financeiros, alternativa ao empréstimo tradicional. Esses títulos podem ser tanto negociados diretamente entre

produtor e financiador, como por meio de uma instituição financeira. O produtor (ou associação de produtores, cooperativas e empresas agropecuárias) emite a cédula com registro em cartório e o financiador (ou credor) fica com esse título, que pode ser liquidado após a safra em dinheiro ou em produto. Como exemplo, podemos citar a Cédula de Produto Rural (CPR), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), o Certificado de Depósito Agropecuário/Warrant Agropecuário (CDA/WA), o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA). Onde o financiador pode ser tanto uma empresa como pessoa física.

### 3.1.2 Agricultura Familiar

A agricultura familiar é uma forma de produção em que predomina a interação entre gestão e trabalho, ou seja, os fatores de produção clássicos da economia (terra, capital e trabalho) se reúnem na figura de um único personagem: o agricultor familiar, seja ele lavrador, pescador ou aquicultor, indígena, quilombola, assentado ou extrativista, desde que na sua atividade utilize o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.

Atualmente, a agricultura familiar é a principal responsável pela comida que chega às mesas das famílias brasileiras, que responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o País. No mercado brasileiro atual, o pequeno agricultor ocupa uma posição de destaque na cadeia produtiva, abastecendo o mercado brasileiro com considerável produção de algumas culturas, como a mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%), responde por 38% do valor bruto de produção (VBP) nacional, 10% do produto interno bruto, ocupando 74,4% do total dos trabalhadores da agricultura (12,3 milhões) segundo dados apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

De acordo com o MDA, o Plano Safra 2015/2016 da agricultura familiar terá investimento recorde de R\$ 28,9 bilhões pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Os recursos representam um aumento de 20% em relação à safra anterior, e se considerarmos os investimentos

na safra 2002/2003, cujo crédito disponível foi de R\$ 2,3 bilhões, os recursos aumentaram consideravelmente.

Conforme PEREIRA (2011), cabe ressaltar que o conceito contemporâneo de desenvolvimento local sustentado reconhece caber primordialmente à agricultura familiar, gerar renda de forma desconcentrada, criar ocupações produtivas, garantir suficiência, produtividade, qualidade, diversificação e continuidade a uma política de economia nacional. Assim, agricultura familiar configura-se como segmento indissociável do desenvolvimento local.

A importância econômica e social desse segmento provocou no Governo a necessidade de estabelecer política específica para financiamento das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, como forma de agregar mecanismos que possibilitassem o aumento da capacidade produtiva e, com isso, a elevação da renda desse segmento da economia brasileira.

Considerando esta situação, o Conselho Monetário Nacional aprovou em 1994 o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provape), que estabelecia condições especiais para o financiamento das despesas de custeio da safra de verão 94/95.

Nessa vertente, a política de crédito visa prestar atendimento diferenciado aos mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto da sua força de trabalho e de sua família, com objetivo de fortalecer as atividades desenvolvidas, integrando-os à cadeia do agronegócio, proporcionando-lhes aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade.

Entre os incentivos do governo brasileiro para a agricultura familiar, está o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que visa oferecer condições mais favorecidas, principalmente em termos de taxa de juros e prazo de pagamento. Para a safra atual, foram destinados R\$ 24,1 bilhões para financiar plantações e comprar equipamentos de modernização das propriedades. Nos três primeiros meses da safra 2014/2015, os agricultores já contrataram R\$ 8,3 bilhões nas diversas linhas de crédito rural do Programa. É pelo Pronaf que os agricultores acessam o Mais Alimentos, o programa que permite aos produtores familiares comprarem tratores e implementos agrícolas com juros subsidiados. E

isso ajuda a aumentar a produtividade e, conseqüentemente, a quantidade e qualidade dos alimentos que os brasileiros consomem.

Sobretudo nos últimos anos, a agricultura familiar tem recebido atenção e maior reconhecimento, inclusive dispondo de melhores condições de crédito e a ampliação de mercado por meio de programas como o de aquisição de alimentos.

De acordo com dados do Ministério da Agricultura, na safra 2015/2016, o governo manteve baixas as taxas de juros dos empréstimos subsidiados disponíveis, que variam entre 2% e 5,5%. Para a região do Semiárido, os juros ficaram ainda menores, entre 2% e 4,5%. O plano prevê ainda que a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) irá atender a 230 mil novas famílias de agricultores familiares, com foco na produção de base agroecológica.

Ainda de acordo com o Ministério da Agricultura, visando o avançando contínuo da agricultura familiar, o governo brasileiro tem buscado investir no cooperativismo, na produção agroecológica, na assistência técnica e extensão rural, na ampliação do mercado institucional para a agricultura familiar, na equidade de gênero e no apoio à juventude rural, neste sentido destaca-se o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural.

De acordo com o MDA, o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável busca tornar o campo um lugar atraente para os jovens, capaz de fazê-lo permanecer no meio rural, e para isso, busca-se mudar a concepção da relação campo-cidade, ofertando qualidade de vida digna, trabalho e renda nas áreas rurais. Uma ação importante no âmbito da política setorial é a ATER para a Juventude. O programa irá atender a 22,8 mil jovens rurais neste Plano Safra. Além disso, o Banco de Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai destinar, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, R\$ 5 milhões para a produção de empreendimentos econômicos da juventude rural.

O fortalecimento da agricultura familiar, aliado à execução de programas de inclusão social, como o Bolsa Família e o Pronatec Rural, contribuíram para que o Brasil fosse retirado do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

A agricultura familiar, reforçada com linhas especiais de financiamento, tem mostrado capacidade de responder mais rapidamente à necessidade de produção de alimentos, garantindo a segurança alimentar brasileira, frente à

chamada “crise de alimentos”. Consolidar esse segmento é uma questão estratégica, pela sua capacidade de geração de emprego, renda e alimentos e pela possibilidade de resgate da cidadania da população que vive no meio rural.

### 3.2 TURISMO

Na sociedade atual, marcada principalmente pela internacionalização da economia e pelos rápidos avanços tecnológicos e internacionais, algumas atividades vêm se desenvolvendo e destacando significativamente, neste contexto o turismo é uma delas.

O turismo é uma atividade que, sobretudo, nas últimas décadas apresentou enorme expansão em todo o mundo, e despertou grande atenção da comunidade em geral, uma vez que caracteriza-se por ser uma atividade que traz benefícios tanto para a economia, quanto para a sociedade como um todo desde que seja realizado da forma sustentável.

As demandas dos indivíduos pelo lazer, fez surgir e se desenvolver diversas atividades que buscam suprir suas necessidades de descanso e de divertimento. Nota-se que o turismo é um fenômeno de deslocamento associado a um interesse pessoal de quem o realiza, interesse este que pode ser nas mais diversas áreas de trabalho, descanso, aventura, religião etc.

Segundo dados do Ministério do Turismo, o turismo movimentou R\$ 492 bilhões no Brasil em 2014, entre atividades diretas, indiretas e induzidas. O montante representa 9,6% do PIB nacional e leva em conta que o setor teve investimentos de R\$ 59,6 bilhões no país no ano passado. O turismo é um dos setores da economia que tem crescido significativamente, arrecadando impostos de e empregando mão de obra.

De maneira geral o turismo é uma atividade que depende do pleno funcionamento de um conjunto de serviços essencialmente turísticos como transporte, alimentação, agenciamento etc, e também está ligado de forma intrínseca a fatores de outras competências como saneamento básico, segurança, infra-estrutura etc.

Também é importante salientar que o turismo é muito sensível a crises e conflitos sociais, econômicos, políticos e financeiros, onde pode-se exemplificar a

atual queda nas viagens internacionais devido a alta do dólar e a redução das viagens para alguns países da Europa devido a crises locais.

Contudo, há perspectivas promissoras de crescimento da atividade, sobretudo por ser uma atividade que beneficia o local em que é desenvolvido de forma ampla, e beneficia a população que participa direta ou indiretamente da atividade.

### 3.2.1 Conceituação do turismo

O turismo é uma atividade que ao longo dos anos recebeu diversas definições, principalmente estudado sob a ótica científica.

Em relação as primeiras definições, relata Barreto, (2000):

“A primeira definição remonta-se a 1911, em que o economista austríaco Hermann Schatternhofen escrevia que ‘turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”.

A partir de então diversas outras definições foram surgindo, como as da escola berlinesa e polonesa, sendo que algumas definições tinham um caráter mais simples e outras possuíam uma visão mais ampla. Autores e estudiosos de vários países do mundo deram a sua contribuição como Robert MacIntosh, Hunziker e Krapt e Jafar Jafari, citados por Beni (1998).

Segundo Beni (1998) nas inúmeras definições apresentadas pelos mais diversos autores e estudiosos da área turística, há alguns elementos comuns e relativamente diferentes entre elas, são eles: viagem ou deslocamento, permanência fora do domicílio, temporalidade, sujeito do turismo e objetivos do turismo.

Para Barreto<sup>2</sup> (2000):

“A definição de turismo aceita do ponto de vista formal é dada pela Organização Mundial do Turismo (OMT): Soma das relações e de serviços exultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário, motivado por razões alheias a negócios ou profissionais”.

---

<sup>2</sup> BARRETO, Margarita. Manual de iniciação ao Estudo do Turismo. 2.ed. Campinas:Papirus, 2000.

Sempre que se busca conceituar o turismo deve-se levar em conta a distinção entre viagem e turismo, uma vez que a viagem é uma parte do turismo, e há aquelas que não são necessariamente atividade turística. Há que se observar também que existem pessoas que viajam por outros motivos que não sejam o turismo como fim último, como por motivo de doença ou a trabalho e que acabam utilizando de uma forma ou de outra, serviços que muitas vezes caracterizam-se como sendo essencialmente turísticos, como hotéis e agências de viagem por exemplo.

Pode-se verificar, portanto, segundo Beni (1998) que o turismo é um fenômeno de deslocamento que aliam-se ao interesse pessoal daquele que realiza, sendo motivado por diversos interesses, principalmente o lazer. Hoje principalmente com a modernidade e facilidade dos meios de transporte, associado também a outros fatores também ligados aos avanços das tecnologias e das organizações, pode-se viajar com segurança para qualquer lugar do mundo.

### 3.3 O TURISMO NO MEIO RURAL

Criar segmentos é uma estratégia para alavancar o mercado-alvo e melhorar a relação custo benefício na promoção do turismo. Tal estratégia regula a capacidade de recepção do destino e evita o desperdício de recursos. Segmentar consiste em dividir o mercado em conjuntos de consumidores com características semelhantes. Um desses grupos de consumidores é formado por pessoas que viajam atraídas pelo que o Turismo Rural oferece.

Segundo o Manual "Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural" do Ministério do Turismo, o turismo rural surge da necessidade do produtor rural e da vontade dos moradores urbanos de buscar suas raízes e voltar a conviver com a natureza. Muitos moradores urbanos viajam buscando a tranquilidade e a simplicidade do campo, com o intuito de reencontrar suas raízes, interagir com a comunidade local, participar de suas festas tradicionais, desfrutar da hospitalidade e do aconchego nas propriedades, conhecer o patrimônio histórico e natural no meio rural, conviver com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior, vivenciar novas experiências, buscar novos

conhecimentos, saberes, descansar física e mentalmente, fugir da rotina da vida urbana e adquirir produtos típicos.

Isso somado à necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos, pode explicar o crescimento do segmento de Turismo Rural no Brasil, e o porquê de hoje ser considerado uma importante fonte alternativa para geração de renda nas propriedades rurais.

Há inúmeras regiões no país dotadas de diversos locais com belezas naturais inexploradas e traços culturais que podem ser usadas como atrativos turísticos, e hoje considerando o crescimento do interesse turístico pelo meio rural, somado a expansão do turismo no espaço rural brasileiro nos últimos tempos, mostram uma relativa popularização do setor.

Elesbão (2000) aponta que a procura pelas formas de turismo associadas aos meios rurais teve início de forma incipiente na década de 70, e teve sua expansão com a divulgação do pensamento ecológico. Estudos e discussões referentes ao turismo rural na Europa e Estados Unidos datam de 1960, no entanto ganharam expressão no Brasil apenas a partir da década de 1990.

Conforme Tulik (2004) o turismo rural expandiu-se pela Europa, incentivado, sobretudo em países como França, Espanha e Itália, após a Segunda Guerra Mundial, alavancado pelas conquistas trabalhistas da época, como férias, redução da jornada de trabalho e décimo terceiro salário.

A partir de 1990 a Europa passa a incentivar o turismo rural a partir de políticas públicas da União Europeia, que visa diversificar as economias rurais, direcionando recursos para atividade agrícolas e não agrícolas no seu espaço rural. Autores como Verbole (2002) e Baidal (2000) salientam a importância dos incentivos governamentais para o crescimento e o desenvolvimento do turismo no espaço rural europeu.

Como citado acima, no Brasil, apenas a partir de 1990 que se verificou um maior interesse em incentivos ao turismo rural, e expansão do mesmo, alavancado, sobretudo pelo apelo mundial a conscientização da população quanto a preservação ambiental e cultural, e a preservação dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável.

A prática do turismo rural no Brasil é uma atividade relativamente nova, se compararmos com outras modalidades da atividade (RODRIGUES, 2001).

Considera-se a experiência mais antiga em áreas rurais a do município de Lages, no estado de Santa Catarina que foi marcada pelo início de uma atividade organizada na Fazenda Pedras Brancas no ano de 1984 (MENDONÇA, 2007). A atividade surgiu como uma alternativa de aproveitamento da estrutura existente nas fazendas e estâncias de criação de gado de corte e leiteiro. A partir de então surgiram comissões municipais para estudo do tema e potencial de áreas, e projetos piloto semelhante.

Segundo Candioto (2010) tem ocorrido uma visível popularização do turismo rural, sobretudo pelo interesse manifestado pelos turistas, e pela expansão da oferta de turismo rural no país.

### 3.3.1 Conceituação de turismo rural e agroturismo

Embora haja uma forte influência Europeia na literatura brasileira de turismo, hoje já existem estudos de autores nacionais como Mario Carlos Beni, Olga Tulik que buscam analisar a atividade de maneira profissional, discutindo a área de maneira geral e conceitos específicos.

Há estudos que tratam turismo no espaço rural, em áreas rurais e no meio rural da mesma maneira, no entanto diferenciam os conceitos de turismo no espaço rural, turismo rural e agroturismo.

Ainda que a principal busca dos turistas nos espaços rurais seja a simplicidade, a tranquilidade e a paisagem contrária ao espaço urbano, para haver turismo em qualquer que seja o lugar, por mais rústico que seja, a existência de infra-estrutura e equipamentos é de fundamental importância.

Bricalli (2005) caracteriza como turismo no espaço rural, qualquer empreendimento que esteja localizado em área rural, que ofereça atividades ligadas ao turismo, e assim englobando muitas modalidades turísticas.

Para Silva e Almeida (2002) o turismo rural é uma modalidade mais restrita que o turismo no espaço rural, uma vez que consideram apenas turismo rural quando as atividades rurais tradicionais são protagonistas na visita. Também Tulik (2004) compartilha a mesma ideia quando defende que o turismo rural deve estar relacionado a produção rural.

Para Beni (2002) o conceito de turismo rural é “deslocamento de pessoas para espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e instalações agrícolas”.

Novaes (2004)<sup>3</sup> citado por Candioto (2010) apresenta a definição de turismo rural da Organização Mundial do Turismo (OMT) como sendo: “turismo rural refere-se a lugares em funcionamento (fazendas ou plantações) que complementam seus rendimentos com alguma atividade turística, oferecendo geralmente alojamento, refeições e oportunidades de adquirir conhecimento sobre as atividades agrícolas”, destacando o turismo como uma atividade complementar ligada a agropecuária.

De acordo com Tulik (2004), o conceito de turismo rural da EMBRATUR em 2002 passou a ser considerado “um segmento do turismo que proporciona conhecer, vivenciar e usufruir as práticas sociais, econômicas e culturais próprias do meio rural de cada região de forma sustentável”.

Um fato relevante, é que em 2004 o Governo Federal passou a adotar o conceito de turismo no espaço rural, demonstrando assim reconhecer que há diferença entre o turismo rural e turismo no espaço rural.

Outro segmento amplamente discutido é o agroturismo. Considera-se que de maneira geral o agroturismo apresente as mesmas características do turismo rural, no entanto o que os diferencia é que no agroturismo, o turista tem participação direta/indireta nas atividades comuns das propriedades rurais, como por exemplo: colher alimentos, alimentar os animais, ordenhar as vacas etc.

Considera-se como base para desenvolvimento deste trabalho o conceito de agroturismo apresentado por Beni (2002) que diz que o “deslocamento de pessoas para espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e observação, vivência e participação em atividades agropastoris”. Nos conceitos propostos pelo autor para turismo rural e agroturismo, a única diferença entre os mesmos, é que no agroturismo deve obrigatoriamente existir a vivência e participação dos turistas nas atividades agropastoris.

---

<sup>3</sup> NOVAES, Carla A. 2004. Turismo rural e agroturismo diferenciado de turismo em espaço rural: uma proposta. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 4, 2004, Joinville. Anais... Joinville: IELUSC, (CD ROM).

Ainda segundo Beni (2002), para que uma atividade seja caracterizada como agroturismo, a produção agropastoril da localidade deve ser a maior fonte de renda para os proprietários, sendo que a renda advinda do turismo constitua-se apenas uma complementação, bem como as próprias atividades agropastoris são o principal diferencial turístico.

Segundo Bricalli (2005), o agroturismo é uma atividade que está intrinsecamente interligado as atividades agropecuárias da propriedade, e geralmente aqueles que ofertam esta modalidade costuma ser propriedades pequenas e de estrutura familiar. Neste conceito fica clara a ideia de que a renda proveniente do turismo é apenas uma renda complementar a atividade agropecuária desenvolvida na pequena propriedade.

O elemento definidor do agroturismo é a existência de uma atividade agropecuária, no entanto é a participação direta ou indireta nas atividades que verdadeiramente a diferencia do turismo rural, assim há uma ênfase na participação das famílias agrícolas, uma vez que as mesmas são as receptoras.

No que tange aos agricultores familiares, o agroturismo é que melhor se encaixa na realidade dos mesmos, pois de maneira geral já possuem os produtos e as atividades em suas propriedades, que são o principal atrativo da atividade.

Tessari (2001)<sup>4</sup> citado por Candioto (2010) elenca os seguintes objetivos do agroturismo:

- a) promover a melhoria da vida da população rural, complementando a renda;
- b) reduzir o fluxo e os efeitos de êxodo rural;
- c) valorizar o potencial agrícola e turístico do campo;
- d) reforçar a filosofia de um turismo que promova a conservação ambiental e a cultura regional.

Os objetivos apontados pelo mesmo autor demonstram que o agroturismo deve ter como maior beneficiária a população rural, sobretudo os agricultores. Assim como, os projetos e políticas públicas do agroturismo devem ter como foco a melhoria na qualidade de vida do agricultor, e não somente o atendimento aos anseios e ao imaginário dos turistas, que são fortemente influenciados pela mídia.

Em um estudo realizado pelo CEPA (Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola), órgão de Santa Catarina responsável pelo levantamento

---

<sup>4</sup> TESSARI, R. O que é agroturismo? 2001. In: PORTUGUEZ, A. P. (Org.). *Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas*. São Paulo: Roca.

dos empreendimentos de agroturismo no Estado, indicaram que o público que oferta o agroturismo é quase na totalidade constituído por agricultores familiares, salientando mais uma vez que o agroturismo é a modalidade de turismo mais adequada a realidade dos pequenos agricultores.

Um dos motivos para a grande demanda e destaque do agroturismo, de acordo com Weissbach (2011), refere-se ao oferecimento de produtos agroecológicos, ou seja, produtos agrícolas sem o uso de pesticidas. A existência de uma produção agrícola pode gerar a vinculação de uma agroindústria, que também pode servir de atrativo turístico no agroturismo. É visível a noção que os pequenos agricultores possuem quanto ao respeito e responsabilidade com a natureza quando promovem a agricultura orgânica, contribuindo para uma alimentação saudável e promovendo o desenvolvimento de hábitos saudáveis. Esta forma diversas questões passam a receber maior atenção por parte dos proprietários quando iniciam a atividade de turismo, como preservação da mata ciliar, dos solos, recursos hídricos, valorização dos costumes e das tradições característicos do meio rural.

A popularização da atividade nos últimos anos é um ponto relevante e a destaca como um excelente negócio. O turismo rural e o agroturismo podem contribuir significativamente para a conservação do patrimônio natural e cultural da região, atividades baseadas nas potencialidades humanas e ambientais locais, e melhora na infra-estrutura de lazer das localidades de maneira geral. Muitas cidades de um mesmo Estado por vezes tem características particulares e bem diferentes que podem e devem ser utilizadas como atrativos para desenvolvimento da atividade.

### 3.4 AGROTURISMO NA PEQUENA PROPRIEDADE

As propriedades rurais brasileiras de pequeno e médio porte são compostas por grande parte dos agricultores do país, normalmente são trabalhadores rurais produzindo diversos tipos de culturas com pouca tecnologia e utilizando mão de obra familiar.

De acordo com a Lei Federal nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006, o pequeno produtor rural é aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a 4 módulos fiscais, explorando-a mediante o trabalho

peçoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se a fração individual não superior a 4 módulos fiscais, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais ou do extrativismo rural em no 80% mínimo.

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em relação ao tamanho da área, os imóveis rurais são classificados em:

1. Minifúndio – é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal;
2. Pequena Propriedade - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;
3. Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;
4. Grande Propriedade - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais.

A classificação é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o módulo fiscal (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município. Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município, renda obtida com a exploração predominante, outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada e o conceito de propriedade familiar.

Geralmente essas propriedades não possuem a aplicação de técnicas e tecnologias modernas, bem como baixo conhecimento, o que resulta na maioria das vezes em baixa produtividade de produção agropecuária e agrícola. Ainda com todas as dificuldades citadas, somadas a baixos incentivos e amparo técnico, grande parte dos alimentos oferecidos no país, advém da produção dos pequenos produtores.

Um dos grandes problemas enfrentados pelos agricultores é a dificuldade na obtenção de créditos de instituições financeiras, sejam para a compra de equipamentos, tecnologias ou máquinas. Geralmente os mesmos esbarram em entraves burocráticos, como a apresentação de inúmeros documentos, declarações e licenças. Ainda hoje, grande parte dos agricultores que captam recursos em

bancos são os grandes produtores (latifundiários). Estes, com maiores incentivos e aplicação de recursos, geralmente conseguem índices de produtividade mais elevados e, portanto, alta lucratividade. Percebe-se de maneira geral que a produção desses grandes produtores são monoculturas destinadas à exportação e não ao mercado interno, comportamento contrário ao dos pequenos produtores.

Há grande discussão quanto ao papel e importância do pequeno agricultor, que hoje sofre a pressão de grandes latifundiários. Este ponto merece destaque, uma vez que a extinção da agricultura familiar agrava os problemas sociais, como o desemprego, diminui a oferta de alimentos, gerando, conseqüentemente, aumento dos seus preços. Diante dos fatos, a FAO tem exercido pressão junto ao governo para que disponibilize subsídios e recursos para tais agricultores.

De acordo com Candioto, (2011) o turismo rural na agricultura familiar apresenta especificidades como a dependência das atividades agropecuárias e pode ser afirmado que as pequenas unidades de produção familiar se constituem nas propriedades com maior aptidão ao agroturismo.

As Diretrizes para o manual do desenvolvimento do turismo rural, apresenta-se como uma excelente fonte que auxilia os produtores interessados em iniciar no setor, e direciona as ações a serem tomadas a fim de buscar o desenvolvimento da atividade. O documento sugere inicialmente identificação da demanda e após o fomento à produção e disseminação de conhecimentos.

É importante salientar que a prática de atividade turística nos ambientes rurais, geram impactos positivos sobre o desenvolvimento das áreas rurais e naturais e, em conseqüência, este tipo de atividade pode constituir um componente básico do desenvolvimento local a partir do respeito ao patrimônio cultural e natural e da participação direta da população rural.

Este desenvolvimento local deve ser incrementado a partir da perspectiva do desenvolvimento turístico, sustentável que é a busca de uma relação mais produtiva e harmônica entre a indústria turística, o visitante, a população local e o meio ambiente. E ainda existe a necessidade de encontrar uma forma de conservar e sustentar o desenvolvimento da atividade turística sem que ocorra o desgaste dos recursos naturais e culturais, a enganação do visitante e exploração da população local (SILVEIRA, 2001).

Para que o desenvolvimento ocorra e seja verdadeiramente sustentável, faz-se necessário a formulação e aplicação de uma política territorial e de uma estratégia de desenvolvimento local com bases no planejamento integrado da atividade turística (SILVEIRA, 2001).

#### **4. MATERIAL E MÉTODOS**

Foi realizada uma revisão de literatura, por meio de pesquisa documental em livros, artigos, relatórios e sites que tratam sobre o assunto, e em órgãos do Governo Federal. A pesquisa baseou-se na busca por informações sobre o turismo praticado em pequenas propriedades de produtores rurais, que ainda sobrevivem da agricultura e têm como complemento de renda a prática do turismo.

As informações foram compiladas a fim de descrever os principais obstáculos e benefícios que o pequeno produtor rural pode ter com a prática do turismo rural em sua propriedade.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme verificado através da pesquisa, o turismo tem um efeito multiplicador importante na economia, pois há um aumento na urbanização, incremento nas indústrias associadas, incremento da demanda de mão-de-obra para serviços turísticos e da indústria da construção, aumento da demanda dos produtos locais, maior arrecadação de impostos e taxas, incremento na entrada de divisas para equilibrar a balança comercial (BARRETO, 2000). Além dessa importância na economia, existe um importante papel social influenciado pelo efeito multiplicador, pelas experiências trocadas, por todas as relações que se iniciam através do Turismo.

Para que o turismo rural seja viável e ocorra de maneira sustentável, existem alguns elementos essenciais que devem ser considerados, sendo o proprietário responsável pelos mesmos ou a administração pública. Pode-se citar como os principais elementos necessários para o desenvolvimento do turismo rural: os acessos ao local que deve ser sinalizado e com condições de trafegabilidade, hospedagem adequada, a paisagem deve preservar tanto a imagem natural quanto humana, a gastronomia deve ser típica do local e o lazer também deve estar de acordo com o local.

Considerando os autores estudados, verificou-se que para uma atividade turística ser considerada turismo rural, a mesma tem que estar atrelada de alguma maneira as características do ambiente rural, salientando a necessidade da existência ou manutenção de atividades agropecuárias como elementos fundamentais, e não apenas ser desenvolvida em uma área rural.

Vale ressaltar que o tamanho da propriedade não é determinante para o sucesso da atividade, uma vez que a atenção dos turistas “são os atrativos da propriedade, quanto mais natural, mais autêntica ela for mais atrativa também será aos olhos dos turistas” (SANTOS, 2010).

De acordo com a pesquisa, alguns outros fatores ajudam a entender as razões pelas quais muitas propriedades têm buscado este segmento, interessadas na dinamização social e econômica de seus territórios rurais e em benefícios estão elencados no Quadro 1:

Benefício	Características
Diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios.	<p>Incremento nos negócios locais pela venda de produtos regionais, alimentícios ou de artes, refletindo no aumento e/ou complementação da renda dos agricultores.</p> <p>Propriedades que antes focavam apenas em produção de alimentos, passam a oferecer uma maior gama de produtos e serviços diversos.</p>
Geração de novas oportunidades de trabalho e renda.	Ao desenvolver o agroturismo na pequena propriedade, eleva-se as oportunidades de trabalho e renda não apenas para os proprietários, mas para a região de maneira geral que passa a trabalhar diretamente com a atividade turística, recepcionando os turistas.
Incorporação da mulher ao trabalho remunerado.	<p>Grande parte da mão de obra empregada, sobretudo aquela que atua diretamente junto o turista, são mulheres. Com isso aumenta-se a autoestima feminina e o fortalecimento e emponderamento das atividades desenvolvidas.</p> <p>Nos ambientes rurais, geralmente a maior parte das tarefas são masculinas, e a administração de negócios e decisões para as mulheres é uma verdadeira quebra de paradigmas.</p>
Agregação de valor ao produto primário.	Os produtos advindos das produções da pequena propriedade, ao serem destinados ao turista, “incorporando” a ideia de produtos do campo. Agregando significado a um pote de geleia, por exemplo, o mesmo eleva seu valor de venda e interesse ao turista. O agroturismo promove a criação de um mercado para os produtos tradicionais das propriedades, sejam alimentícios ou artesanato.
Diminuição do êxodo rural.	Há um aumento de perspectiva de trabalho para a população e um aumento na perspectiva de manter os filhos trabalhando na propriedade, reduzindo assim o êxodo rural. Onde os jovens que estão cursando nível superior, passam a enxergar novas possibilidades de futuro nas propriedades.
Melhoria da infra-estrutura de transporte, comunicação e saneamento no meio rural.	Através do efeito multiplicador desencadeado pela atividade, uma vez que os gastos dos turistas propagam-se pela economia local, gerando outras despesas de como pagamentos de insumos, impostos, matérias primas.

	Há uma melhora da infra-estrutura de todo o entorno, a fim de garantir o conforto do turista e o suprimento de necessidade básicas como por exemplo: estradas são construídas e/ou melhoradas para facilitar o acesso, melhoria do saneamento básico, distribuição de água, fornecimento de energia e na qualidade das telecomunicações.
Melhoria dos equipamentos, dos bens imóveis e das condições de vida das famílias rurais.	Reestruturação das propriedades, com mais atenção aos cuidados com jardins, vias de acesso, nas casas, instalações para os animais, hortas e com a infra-estrutura necessária para o atendimento ao turista como os banheiros.
Interiorização do turismo.	Com a expansão do turismo em áreas rurais, percebe-se uma verdadeira interiorização da atividade, que hoje não busca apenas as localidades de grandes centros, nem apenas regiões com balneários, mas também áreas rurais que tragam a tranquilidade e equilíbrio que a população atual anseia, bem como oferecem um ambiente antagônico ao que se vive diariamente.
Conservação e recuperação dos recursos naturais e do patrimônio cultural.	Os próprios recursos naturais e culturais das regiões são um dos atrativos principais da atividade no meio rural, assim, o turismo, desenvolve-se uma maior consciência tanto nos moradores como nos visitantes, de valorizar e conservar os recursos existentes nas localidades.
Promoção de intercâmbio cultural e enriquecimento cultural.	Há uma troca de experiências entre a população local e os visitantes das mais variadas localidades e culturas, isso reflete na maneira de ser e no desenvolvimento do homem do campo.
Integração das propriedades rurais e comunidade local.	Há uma maior integração das propriedades rurais com a comunidade da localidade onde se inserem, inclusive troca de produtos, troca de experiências e trabalho em conjunto.
Valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho.	Há uma visível valorização das práticas rurais, que resgatam maneiras antigas de manejo com animais e alimentos, bem como sociais dos camponeses. Destaca-se a grande atenção e importância que o cultivo de alimentos orgânicos tem recebido, prática essa amplamente aplicada pelos trabalhadores rurais das pequenas propriedades.
Resgate da autoestima do camponês.	“Revalorização” do lugar, das coisas e do homem do campo. Há uma atenção e reconhecimento dos visitantes com tudo o que engloba a vida camponesa, e isto eleva a autoestima dos autóctones, dando aos mesmos um novo sentimento de importância.

QUADRO 1. Benefício para o local onde se desenvolve o agroturismo.

Fonte: Adaptado de CORREA (2006).

A melhoria da formação educacional do homem do campo é um impacto positivo que promove a capacitação do mesmo, adquirindo novos conhecimentos, melhorando o nível dos serviços oferecidos aos turistas e também amplia o benefício do desenvolvimento geral junto ao meio rural.

Santos 2010<sup>5</sup> citado por Weissbach (2011) salienta:

“A transformação econômica positiva é, sem dúvida, um dos diferenciais e um dos atrativos do turismo no espaço rural. A geração de renda, a diversificação da economia, o efeito multiplicador, o incentivo à produção em outros setores da economia, o aumento da receita municipal e o desenvolvimento da infraestrutura local são boas alternativas que muitos agentes públicos e privados tem enxergado.

Mas, há também transformações positivas ambientais e sócio culturais, tais como: preservação do patrimônio natural, criação de áreas protegidas, melhoria do saneamento básico e aumento da conscientização ambiental, o incentivo a participação da comunidade, o intercâmbio cultural, a preservação do patrimônio histórico e a valorização da cultura local”.

Considerando esses aspectos, cabe destacar o surgimento de um novo e complementar mercado para os agricultores, já que o turismo rural propicia o contato direto do consumidor com o produtor rural que, além de vender serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento, pode comercializar produtos in natura (frutas, ovos, verduras) ou beneficiados (compotas, queijos, artesanato) aos visitantes. Dessa maneira, o produtor incrementa a sua renda e o turista tem acesso a produtos de qualidade e acessíveis.

Contudo, desenvolver o agroturismo requer superar alguns problemas que dificultam o processo da atividade de maneira plena, segundo CORREA (2006) o desenvolvimento nas pequenas propriedades tem como obstáculos (Quado 2):

---

<sup>5</sup> SANTOS, E. O.; SOUZA, M. Teoria e Prática no Espaço Rural. Editora Manole, São Paulo, 2010.

<b>Obstáculo</b>	<b>Característica</b>
Precariedade de infraestrutura no meio rural.	Infraestrutura nas cidades foco de agroturismo são precárias até mesmo para os moradores locais, o que mostra-se como um grande obstáculo para a implantação da atividade.
Baixa qualificação dos envolvidos na atividade.	Baixa qualificação profissional de maneira geral e baixo profissionalismo no setor de turismo.
Falta de preparo de agências e operadoras para lidar com o segmento.	O agroturismo por não ser o foco comercial de agências do ramo, prejudica-se pelo despreparo dos envolvidos, que não oferecem e vendem adequadamente o produto.
Falta de legislações e regulamentação específicas.	Por tratar-se de uma atividade relativamente nova, ainda não há legislações específicas bem como regulamentações para a atividade.
Falta de visão dos gestores públicos quanto aos benefícios do turismo nas regiões rurais	Destacando-se a falta de continuidade de políticas públicas, sobretudo devido às mudanças de gestão que ocorrem constantemente, e a lentidão na autorização e liberação de projetos.
Dificuldade de apoio dos empresários locais.	Ainda hoje há dificuldade de aceitação e apoio dos empresários locais, que não consideram o agroturismo uma atividade economicamente viável e interessante para a localidade onde vivem.
Ausência de pesquisas na área, que avaliem e subsidiem ações nas regiões e nas propriedades com embasamento e critérios.	Dificuldade de pesquisa e avaliações com diagnósticos sólidos que subsidiem as decisões referente a ações nas localidades com potencial.

QUADRO 2. Obstáculos para a implantação do agroturismo.

Fonte: Adaptado de Correa (2006).

Candioto (2011) cita as principais dificuldades que o pequeno produtor rural tem para a implantação do agroturismo (Quadro 3):

<b>Dificuldade</b>	<b>Característica</b>
Deficiência de capacitação para desenvolver atividades não-agrícolas.	Os pequenos produtores conhecem apenas as atividades inerentes ao seu trabalho diário, e não possuem o conhecimento necessário para implantar o turismo em suas propriedades.
Difícil predisposição para agregar um negócio não agrícola dentro da propriedade, devido à tradição agrícola.	A cultura e tradição agrícola é enraizada nos pequenos produtores, que os mesmo têm grande receio e muitas vezes resistência para implantar novas atividades em suas propriedades que não sejam agrícolas.
Baixa capacidade econômica para assumir riscos.	A renda dos pequenos produtos é quase totalmente ligada às atividades agrícolas, e o retorno e lucro sob suas atividades não é alto, assim os mesmos não possuem capacidade para assumir riscos de investir em novas atividades.
Dificuldade de acesso à programas do Governo devido à falta de garantias para o setor financeiro.	As exigências para contratação e empréstimos e acesso a programas de subsídios do governo, são altamente burocráticos e exigentes quanto a documentação a ser apresentada e garantias a serem oferecidas, o que dificulta a participação de grande parte dos pequenos produtores.
Pouca tradição no associativismo e cooperativismo.	Ainda hoje há certa resistência e baixa participação em associativismos e cooperativismos, o que enfraquece o movimento. Pois para os pequenos produtores é fundamental para o sucesso do empreendimento, sobretudo no marketing e comercialização.
Dificuldade de acesso à informação mercadológica dos produtos turísticos.	A dificuldade de acesso à informação referente ao turismo, bem como a falta de preparo e capacitação dos envolvidos, mostra-se um grande obstáculo para o desenvolvimento da atividade.
Baixo intercâmbio com agencias operadoras.	Grande parte dos pequenos produtores que oferecem o agroturismo em suas propriedades, não se utilizam de agencias e operadores para divulgarem e venderem seus produtos, o que limita a exposição aos potenciais clientes.

QUADRO 3. Principais dificuldades que o pequeno produtor rural tem para a implantação do agroturismo.

Fonte: Adaptado de Candioto (2011).

Além disso, é preciso ter em mente que o segmento também pode trazer aspectos negativos, que precisam ser analisados e discutidos para serem evitados ou mesmo contornados.

O aumento da população sazonal em áreas turísticas, em cidades sem infraestrutura adequada pode prejudicar e comprometer ainda mais a pouca estrutura disponível; o aumento de pessoas com acesso a áreas antes preservadas sem controle certamente é um ponto negativo que pode afetar significativamente o ambiente, e até mesmo descaracterizá-lo completamente; e o manejo inadequado dos recursos disponíveis a fim de atender os turistas pode comprometer a produção dos pequenos produtores.

Para que a atividade possa desenvolver de forma sustentável e que possa verdadeiramente beneficiar não apenas o produtor isoladamente, mas a sociedade como um todo, é necessária a capacitação dos envolvidos e o envolvimento da comunidade, com foco sobretudo no cooperativismo e no associativismo, como uma maneira de melhorar a captação de recursos, baratear os custos, e promover a comercialização e produtos e de serviços.

Um dos aspectos importantes que devem ser considerados para beneficiar a atividade, são as manifestações de associativismo e de cooperativismo. De acordo com o MAPA consideramos o cooperativismo um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital; e o associativismo é uma tendência ou movimento dos trabalhadores de se congregarem em associações representativas (órgãos de classe, sindicatos etc.), para a defesa de seus interesses.

Em ambos casos são uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. Baseiam-se em valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, visando sempre o bem comum dos integrantes e da comunidade onde convivem.

De maneira geral o associativismo e cooperativismo tem papel muito importante no desenvolvimento do agroturismo nas localidades, pois contribui para

profissionalizar o trabalho comunitário e a mão de obra ligada direta e indiretamente a atividade, contribuindo inclusive para o crescimento pessoal dos integrantes. As famílias que integram essas associações passam a ter uma maior visão empresarial, como foco no negócio, na produção, nos serviços oferecidos, destacando-se o compromisso com a sustentabilidade das atividades, sobretudo com a preservação e o manejo adequado dos recursos naturais. Percebe-se nas localidades onde há estas uniões por associativismo e cooperativismo, uma maior preocupação com a educação ambiental.

Um outro ponto que merece destaque para alcance do sucesso na implementação do agroturismo nas pequenas propriedades, é a capacitação dos profissionais ligados a atividade. Considerando que o homem do campo conhece e domina apenas as atividades inerente ao trabalho que desenvolvia até então, passar a oferecer agroturismo em sua propriedade com qualidade e de forma sustentável, pressupõe preparo e capacitação dos envolvidos.

Atualmente há diversos cursos que buscam capacitar o pequeno agricultor para conhecer o turismo de maneira geral, bem como desenvolver habilidades seja para produção de produtos como oferecimento de serviços dedicados ao turista.

Mostra-se de extrema importância a capacitação dos envolvidos para que possam oferecer aos turistas produtos, serviços e experiências com qualidade.

Estudos e pesquisas como este trabalho, na área de agroturismo e o pequeno produtor, são de essencial importância para o maior entendimento da atividade e o desenvolvimento de atividades sérias e bem planejadas, que visem beneficiar a sociedade como um todo. Assim, analisar o agroturismo e a interação com o pequeno agricultor com a atividade, constitui-se em informações importantes para a realização de planejamentos bem estruturados, uma vez que estes dados permitem avaliar os fatores importantes positivos e negativos que afetam a demanda pelas atividades, e possibilitam adequá-las e aos planejamentos de acordo com esses fatores.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da oferta de turismo no espaço rural brasileiro e o crescente interesse pelo agroturismo apontam para uma popularização cada vez maior da atividade. A busca por localidades tranquilas e mais simples, com contato direto com o dia a dia, o saber fazer e histórias dos produtores rurais, bem como a culturas e paisagem natural das localidades é o maior dos atrativos do agroturismo, e isto tudo abre novos horizontes para os camponeses, trazendo novas oportunidades de desenvolvimento e geração de renda.

Um dos pontos mais importantes percebidos no presente trabalho, e que deve ser salientado, é a ressignificação que o turismo traz para o homem do campo, uma vez que valoriza suas raízes e engrandece seu labor.

Promover a discussão sobre o tema gera conhecimento e reflexão dos envolvidos, a fim de buscar alternativas para que o agroturismo possa ser uma atividade sustentável e a melhoria na qualidade de vida do homem do campo deve ser sempre a prioridade.

A ampliação de pesquisas e estudos na área mostra-se fundamental, para subsidiar planos e ações, que identifiquem potencialidades, buscando viabilizar a atividade, sobretudo de maneira sustentável.

## 7. REFERENCIAS CONSULTADAS

BAIDAL, Josep A. I. Turismo y espacios rurales: conceptos, filosofias y realidades. **Estudios territoriales**, Buenos Aires, n. 23, p. 59-88, enero-junio,2000.

BARRETO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 2.ed. Campinas: Papyrus, 2000.

BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo**. 4º edição. São Paulo. Editora Sabrae, 1998.

BENI, M. C. Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e ecoturismo. **In:** BARRETTO, Margarita e TAMANINI, Elizabeth. (Org.). Redescobrimo a ecologia no turismo. Caxias do Sul: EDUCS, p. 31-34, 2002.

BRASIL. Lei Federal nº 4.829, de 5 de novembro de 1965. Institucionaliza o crédito rural. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4829.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm) Acesso em 10 de abril de 2016.

BRASIL. Lei Federal nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm) Acesso em 10 de abril de 2016.

BRICALLI, Luiz Carlos. **Estudo das tipologias do Turismo Rural** – Alfredo Chaves (ES). Santa Maria: Ed. Facos. 2005.

CANDIOTTO, L. Z. P. Implicações do turismo no espaço rural e em estabelecimentos da agricultura familiar. **Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**. V.9, n.4, p.559-571, 2011. Disponível em: [http://www.pasosonline.org/Publicados/9411/PS0411\\_06.pdf](http://www.pasosonline.org/Publicados/9411/PS0411_06.pdf) Acesso em 10 de abril de 2016.

CANDIOTTO, L. Z. P. Elementos para o Debate Acerca do Conceito de Turismo Rural. **Revista Turismo em Análise**. V.21, n.1, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14203> Acesso em 10 de abril de 2016.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA; J. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. **In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. (Orgs.). Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru-SP: EDUSC, 2000.

CORREA, M. C. L.; FERRETTI, O.; NIEHUES, V. D.; PORTUGUEZ, A. P.; SANTIL, J. A. S.; SANTIL, J. A. S.; TAMANINI, E. **Turismo no Espaço Rural – Enfoques e Perspectivas**. Editora Roca, São Paulo, 2006.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R.A.. **A concept of Agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957.

DE LA TORRE, O. **El turismo: fenomeno social**. 8.ed. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1994.

ELESBÃO, I. O turismo como atividade não agrícola em São Martinho-SC. **In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. (Orgs.). Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru-SP: EDUSC, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Classificação de imóveis rurais. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>. Acesso em: 08/07/2016.

MENDONÇA, M. C. A. Gestão do turismo no espaço rural em Lages, Santa Catarina. **In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia rural**, 2007, Londrina. Economia e conhecimentos para a agricultura do futuro. Brasília:Templo Gráfica e Editora Ltda, 2007.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **PIB da agropecuária tem alta de 1,8% em 2015**. Disponível em : <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2016/03/pib-da-agropecuaria-tem-alta-de-1porcento-em-2015>. Acesso em: 18 de abril de 2016.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural.** Disponível em [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Diretrizes\\_Developmento\\_Turismo\\_Rural.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Developmento_Turismo_Rural.pdf). Acesso em: 30 de dezembro de 2015.

NOVAES, Carla A. Turismo rural e agroturismo diferenciado de turismo em espaço rural: uma proposta. **In:** Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, 4, 2004, Joinville. Anais... Joinville: IELUSC, 2004 (CD ROM).

PEREIRA, Maycon de Souza. **A importância do programa nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar do Banco do Brasil S.A para a microrregião de Picos- PI.** Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Picos, 2011.

PORTAL BRASIL. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro> Acesso em: 07 de maio de 2016.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço:** rumo a um conhecimento transdisciplinar. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001

RUSCHMANN, D.V.M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. **In:** ALMEIDA, J.A.; FROEHLICH, J.M.; RIEDL, M. (Orgs.). Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Campinas: Papyrus, 2000.

SANTOS, E. O.; SOUZA, M. **Teoria e Prática do Turismo no Espaço Rural.** Editora Manole, São Paulo, 2010.

SILVA, M. F.; ALMEIDA, J. A. Turismo rural: família patrimônio e trabalho. **In:** RIEDL, M. ALMEIDA, A; VIANA, A. L. B. (Orgs.). Turismo rural: Tendências e Sustentabilidade. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC. 2002

SILVEIRA, M.A.T. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. **In:** RODRIGUES, A.B. (Org.). Turismo Rural: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001.

TULIK; O. **Turismo Rural**. Editora Aleph, São Paulo, 2004.

VERBOLE, A. 2002. A busca pelo imaginário rural. **In:** RIEDL, Mario; ALMEIDA, Joaquim A.; VIANA, Andyara L. B. (Org.). Turismo rural: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

WEISSBACH, Paulo Ricardo Machado. **Turismo no espaço rural: ensaio de uma tipologia e outros conceitos**. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2011.